

LUIZA WERMELINGER ALMEIDA

AMAZÔNIA EM DISPUTA: DAS ENGRENAGENS DO CAPITAL ÀS PEGADAS INVERTIDAS

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 13/08/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1292

AMAZÔNIA EM DISPUTA: DAS ENGRENAGENS DO CAPITAL ÀS PEGADAS INVERTIDAS

Resumo

O artigo analisa as múltiplas dimensões do colapso socioecológico e seus impactos específicos sobre a Amazônia, a partir da formação socioeconômica brasileira e do avanço da financeirização da vida, inclusive da natureza. Examinam-se os limites da modernização tecnológica subordinada ao extrativismo verde e à expansão agropecuária, evidenciando a instrumentalização da Amazônia como nova fronteira de acumulação. Sustenta-se que a região não constitui apenas um território de abundância de recursos naturais, mas o epicentro de disputas, sendo mobilizada como chave interpretativa para desvelar a continuidade histórica de dinâmicas neocoloniais e expropriadoras, aprofundando as assimetrias entre Norte e Sul Global. A análise estrutura-se em três eixos: (I) a inserção subordinada da Amazônia no mercado mundial à luz do socio-metabolismo do capital em seus efeitos materiais e simbólicos; (II) os impasses da questão agrária brasileira, particularmente no território amazônico, marcados pela concentração fundiária e avanço da fronteira agropecuária; e (III) a chamada “retomada verde”, articulada a mercados de carbono e a dispositivos de certificação, compensação e rastreabilidade ambiental, que convertem a floresta em ativo financeiro. Conclui-se que uma transição socioecológica justa requer a ruptura com a lógica de reprodução capitalista e o reconhecimento da Amazônia como território de resistência, regeneração e soberania.

Palavras-chave: Amazônia; colapso socioecológico; capitalismo predatório; territorialidades; justiça socioambiental

LUIZA WERMELINGER
ALMEIDA

Doutoranda do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp).

Email:
luizawermelinger02@gmail.com

Orcid:
<https://orcid.org/0000-0002-9905-4273>

Abstract

This paper explores the multiple dimensions of socioecological collapse and its specific impacts on the Amazon, grounded in Brazil's socio-economic formation and the advance of the financialization of life, including nature itself. It critically assesses the limits of technological modernization subordinated to green extractivism and agribusiness expansion, highlighting the instrumentalization of the Amazon as a new frontier of capital accumulation. The article argues that the region is not merely a territory of abundant natural resources, but rather the epicenter of disputes, and is mobilized as an interpretative key to reveal the historical continuity of neocolonial and expropriative dynamics, deepening asymmetries between the Global North and the Global South. The analysis is structured around three axes: (i) the Amazon's subordinate integration into the world market in light of the socio-metabolism of capital and its material and symbolic effects; (ii) the impasses of Brazil's agrarian question, particularly in the Amazonian territory, marked by land concentration and the advance of the agricultural frontier; and (iii) the so-called "green recovery", articulated through carbon markets and environmental certification, compensation, and traceability mechanisms that transform the forest into a financial asset. The article concludes that a just socioecological transition requires a rupture with the logic of capitalist reproduction and the recognition of the Amazon as a territory of resistance, regeneration, and sovereignty.

Keywords: Amazon; socioecological collapse; predatory capitalism; territorialities; socioenvironmental justice.

Introdução

No século XXI, consolida-se a tensão entre os princípios normativos da democracia liberal, a ética do mérito individual e a lógica predatória do capital, conformando um cenário de policrises — ecológica, sanitária, política e civilizatória — interdependentes (Fernandes, 2024; Svampa, 2023). Esse encadeamento reflete uma consciência crescente de que as catástrofes ambientais já se manifestam no presente ou se tornaram, em muitos casos, inevitáveis. Na América Latina e no Caribe, verificam-se episódios como a seca histórica no Rio Negro em 2023-2024 e as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, com mortes, deslocamentos e perdas materiais. Os chamados “desastres naturais” são, na realidade, expressões de vulne-rabilidades socioambientais acumuladas ao longo do tempo, revelando a insuficiência de infraestruturas adaptativas e a negligência estatal em garantir políticas voltadas às populações historicamente marginalizadas, sobretudo povos indígenas, comunidades negras, mulheres, trabalhadores informais, pescadores artesanais e pequenos produtores (Cepal, 2024; OMM, 2024). Vivencia-se, assim, um período histórico marcado por instabilidades, no qual mudanças ambientais rápidas, não lineares e potencialmente catastróficas desafiam não apenas políticas públicas e modelos econômicos, mas também formas de pensar, sentir e se relacionar com o mundo mais-que-humano (Head, 2016).

Além do campo institucional, as disputas em torno do futuro também se materializam na esfera cotidiana. A ascensão de práticas e racionalidades autoritárias no globo tem instrumentalizado o discurso da crise como estratégia de mobilização popular, convertendo inseguranças sociais em adesão a agendas excludentes. Ressentimentos coletivos são então reorientados para fronteiras morais e políticas, ao mesmo tempo que o neoliberalismo financeirizado é resgatado da lata de lixo da história (Fraser, 2024). Esse movimento revela a falência das antigas gramáticas de governança e a renovação de formas de dominação social e de apropriação destrutiva da natureza, expressas através do racismo ambiental, da escalada de refugiados

climáticos e da sobrecarga dos trabalhos de cuidado com viés de gênero, tidos como preço a ser pago pelo “desenvolvimento”.

Nesse contexto, a Amazônia é, há séculos, objeto de disputa entre forças internas e externas, inserida nas fronteiras de expansão do capital, revelando assimetrias históricas que atravessam processos de acumulação e lutas em torno dos bens comuns. Entre 1990 e 2020, cerca de 69 milhões de hectares de floresta amazônica foram devastados, sendo que as terras indígenas pre-servaram 99% de sua vegetação nativa, ao passo que nas áreas privadas a perda atingiu 20% (MapBiomas, 2023). A região articula, assim, uma vasta riqueza biocultural e pressões predatórias. Diante desse quadro, torna-se fundamental retomar, de maneira crítica e situada, os fundamentos das relações sociais capitalistas que se estruturam no território amazônico. Isso implica não apenas atualizar categorias analíticas e epistemológicas, mas também repensar os modos pelos quais sujeitos e territórios são socio-historicamente produzidos e sistematicamente despossuídos e marginalizados. Com base nesse horizonte, o artigo propõe uma análise interdisciplinar das relações capitalistas enraizadas na região amazônica, considerando suas múltiplas determinações, econômicas, políticas e sociais. Parte-se do entendimento de que os sujeitos e os espaços historicamente subalternizados são constituídos como o “Outro” no interior da racionalidade moderno-colonial, concebidos como entraves ao progresso e alvos de homogeneização e exploração. Tal dinâmica de objetificação e, em determinados contextos, de abjetificação, exige uma abordagem capaz de apreender as formas de constituição, classificação e hierarquização social que sustentam essa dominação.

Para tal, o artigo estrutura-se em três eixos principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção dedica-se a examinar a formação histórica do Brasil articulada ao processo de inserção subordinada no mercado mundial, com ênfase na colonização da Amazônia e suas feridas ainda abertas. A segunda parte concentra-se na questão agrária brasileira, situando a Amazônia como fronteira estratégica para a expansão do capital agropecuário e extrativista predatório. A terceira seção problematiza

os atuais mecanismos de governança ambiental, transformando a natureza em ativo financeiro e instrumentalizando o território amazônico na disputa geopolítica em torno da corrida verde. Conclui-se defendendo a importância de uma transição socioecológica ancorada na justiça territorial, soberania dos povos e superação da lógica de reprodução incessante do capital. Tal horizonte não se limita à mitigação dos efeitos da crise, mas convoca à construção de um paradigma em confluência com as múltiplas existências.

I. Entre o material e o simbólico: formação, acumulação e insurgências

Refletir sobre a magnitude da “História” exige uma consideração crítica daquilo que se apresenta como sua antítese: a “não história”, ou mais precisamente, as narrativas não contadas que são, muitas vezes, silenciadas pela visão hegemônica. Em vez de sucumbir à abstração de um universal, é preciso mergulhar na realidade concreta, reconhecendo as cicatrizes da opressão, as marcas da segregação, as violências infligidas e as exclusões sistêmicas (Fanon, 2008). Distante de uma concepção linear e monumental, que entende a história como sucessão de feitos grandiosos, adota-se uma abordagem relacional, que considera as múltiplas temporalidades e sujeitos envolvidos nos processos de co-constituição de mundos. Entre os quíchuas, povos indígenas amazônicos, o tempo desenrola-se no presente, desvinculado da lógica ocidental de progresso que obscurece ou apaga o passado (Schubert, 2021). Assim, a disputa em torno da região amazônica revela um confronto entre formas distintas de compreender o mundo e a própria história.

Segundo as grandes narrativas, a história fundacional da humanidade seria marcada por um estágio primitivo de caçadores-coletores que viviam em pequenos bandos, numa condição de inocência e igualdade. Esse estado de harmonia teria sido rompido com a Revolução Agrícola, e, posteriormente, com o surgimento das cidades, dando origem à civilização e ao aparecimento do Estado. A partir de então, emergem aspectos negativos da vida social, como o patriarcado, os exércitos permanentes, as execuções em massa e

a burocracia (Graeber; Wengrow, 2022). A crítica a essas narrativas não implica a reconstrução nostálgica de um passado idealizado. Ao contrário, parte-se do entendimento de que a história não constitui uma entidade predeterminada, mas resulta das relações sociais concretas, contraditórias e historicamente situadas, comportando-se como um processo dinâmico e aberto, análogo a um organismo vivo (Marx, 2013). Logo, reinterpretá-la exige deslocar seu eixo da centralidade do humano moderno ocidental para um campo mais amplo, onde há, ao mesmo tempo, agentes e agenciamentos, formando redes de interdependência mútua e contextualizadas.

A constituição histórica do Brasil no interior do capitalismo mundial tem sido objeto de vasta produção intelectual, marcada por abordagens que buscam apreender as determinações de ordem econômica, social e política que condicionaram o seu processo de formação. Uma linha interpretativa decisiva — na qual se inscrevem, com inflexões distintas, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Novais, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Clóvis Moura — toma a economia colonial como parte de um arranjo histórico maior: a expansão do capitalismo comercial europeu e a formação do mercado mundial. Nessa chave, estrutura-se no território uma economia exportadora, monocultura latifundiária e utilização intensiva da mão de obra escravizada. Embora apresentem distinções teóricas e metodológicas entre si, compartilham o diagnóstico de que a colônia foi organizada como uma empresa voltada a produzir para fora. As contradições entre essa relação de dependência externa e as práticas locais de acumulação não invalidam o projeto colonial; ao contrário, revelam formas contraditórias pelas quais seu “sentido” histórico continuou a se realizar (Fragoso; Florentino, 2001; Prado Jr., 2011).

A expansão marítima europeia, iniciada no século XV, constituiu-se como uma reordenação violenta das fronteiras do continente, ancorando-se em uma racionalidade instrumental voltada à apropriação de recursos e à subjugação das populações. As ideologias modernas de liberdade, progresso e civilização serviram como dispositivos retóricos destinados a encobrir a

violência material e simbólica sobre a qual se erigiu o sistema colonial. À luz dessa leitura, torna-se problemático empregar o conceito de “civilização” para descrever a trajetória histórica da Europa Ocidental e América do Norte, cujas práticas estiveram associadas ao escravismo, colonialismo, fascismo e a diversas formas de violência sistematizada (Rodney, 2022). As “descobertas” dos séculos XV e XVI, celebradas como marcos civilizatórios pela narrativa ocidental, foram, na realidade, momentos fundacionais da acumulação primitiva, viabilizadas pelo saque das Américas e pela captura de corpos negros na África (Marx, 2013). Esses eventos foram decisivos para a formação do mercado mundial e transição para o capitalismo industrial, tendo as colônias operado como laboratórios de exploração, onde a coerção direta e indireta constituiu-se como tecnologia histórica de extração de excedentes.

O contato inicial entre europeus e povos americanos deu-se sob o signo do “interesse dos negócios”, relegando o ideal de povoamento a plano secundário (Prado Jr., 2011). As interconexões entre economias locais e mercados globais no capitalismo nascente a partir da expansão marítima provocaram uma ruptura na autocompreensão da civilização ocidental, ao confrontá-

-la com modos de existência que escapavam aos referenciais culturais e sociais europeus (Munanga, 2003). A justificativa da invasão estrangeira como missão evangelizadora converteu-se, na prática, em expropriação, dominação e genocídio em massa (Nascimento, 1978). A particularidade da colonização brasileira reside na extração de excedentes, tanto do trabalho quanto da natureza, sobretudo por meio da coerção e escravização de povos indígenas e africanos. A invasão e apropriação da terra associou-se a uma dependência estrutural em relação ao comércio europeu, instituindo um padrão de desenvolvimento refém dos ciclos econômicos internacionais. Como consequência, as atividades de subsistência e abastecimento interno expressaram-se de forma secundária e subordinada no interior da economia colonial (Furtado, 1974). Não por inexistirem, mas por se organizarem nas margens de um sistema que atende aos imperativos mercantis externos da economia atlântica moderna.

A Amazônia torna-se um espaço onde é possível compreender as contradições inerentes à lógica de acumulação incessante. Processos destrutivos, como o avanço da fronteira agropecuária, o desmatamento ilegal e a mineração, têm comprometido a integridade dos ecossistemas e ameaçado a continuidade dos modos de vida locais cujas existências estão vinculadas aos serviços ecossistêmicos da floresta. Tais serviços referem-se aos benefícios diretos e indiretos que os ecossistemas oferecem ao bem-estar humano, incluindo meios de subsistência, regulação climática, manutenção de solos, saúde, segurança alimentar e hídrica, bem como valores culturais (OMM, 2024). Entre esses grupos ameaçados, destacam-se povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e seringueiros, com outras formas de relação com o território e entre si. A Amazônia não se resume à abundância natural, mas constitui territorialidades em disputa, compreendidas como a dimensão vivida do poder, construída a partir das práticas sociais, identidades e relações cotidianas com o espaço, e onde se confrontam visões de mundo (Becker, 2010).

A estruturação político-econômica amazônica evidencia um processo contínuo de reconfiguração territorial articulado ao sistema colonial português. A partir da segunda metade do século XVII, sobretudo após a expulsão dos holandeses, a Coroa portuguesa intensificou o controle sobre a região, inserindo-a nos circuitos globais mercantis. A reorganização administrativa expressa na criação do estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654 e na posterior transferência da capital para Belém marcou uma inflexão política, estabelecendo redes de poder, controle fiscal e circulação de trabalho. Não apenas reforçava-se a presença lusitana, mas também se redefinia o sentido da colonização, do foco restrito da ocupação militar para a exploração econômica. A substituição das especiarias orientais por espécies vegetais nativas, as “drogas do sertão”, foi viabilizada pelos conhecimentos indígenas sobre o território e manejo, em contraste com os modelos de agricultura intensiva predominantes em outras partes da colônia. A exploração desses produtos, associada à vastidão do interior fluvial amazônico, o “sertão”, conformou uma lógica territorial, econômica e de trabalho compulsório

própria, que se afastava do tráfico transatlântico de africanos escravizados como única maneira de inserção colonial e combinava formas de produção híbridas de cultivo e extração (Chambouleyron, 2023).

Durante o século XVIII, as reformas pombalinas intensificaram o controle metropolitano da área amazônica por meio da centralização administrativa e do fortalecimento de companhias monopolistas, como a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, buscando dinamizar o fluxo mercantil e aumentar a rentabilidade colonial. A constituição de grandes companhias comerciais, além de controlar a produção e a circulação dos gêneros tropicais, passou a exercer papel determinante nas relações de poder locais. Embora culturas como o cacau, o algodão e o arroz tenham sido incorporadas e organizadas, prevaleceu o modelo de exploração sazonal e dispersa dos recursos naturais (Chambouleyron, 2023). Isso impôs obstáculos à consolidação de uma economia regional integrada e contribuiu para gargalos no povoamento e circulação local. A ocupação territorial, portanto, foi sustentada pela expropriação dos recursos naturais e pelo exercício da violência como mecanismo de manutenção da ordem colonial.

Nos relatos coloniais, a Amazônia era retratada como uma região de abundância não apenas de recursos naturais, mas também de populações indígenas, destinadas ao trabalho forçado, fortalecendo uma suposta identidade entre o Brasil histórico e o Brasil natural. A captura e a escravização mar-caram o início de um longo processo de despossessão que atravessaria os séculos seguintes. A imposição de uma racionalidade eurocêntrica deslegitimava os saberes tradicionais ao mesmo tempo deles se apropriava. Nesse contexto, prevaleciam distinções entre as atitudes dos colonizadores civis e dos missionários jesuítas em relação à figura indígena, especialmente no debate se seriam ou não dotados de alma a fim de legitimar sua escravização ou conversão. A articulação entre a Igreja e as forças militares assegurou o disciplinamento cultural dessas populações, o controle populacional e a reprodução das hierarquias coloniais (Arbex Jr., 2005). Assim, os aldeamentos missionários, vinculados à política de catequese, foram estruturados como

núcleos produtivos e instrumentos de reorganização das populações originárias segundo os moldes da sociedade colonial. A instituição do Diretório dos Índios marcou uma mudança nas estratégias de controle estatal na região amazônica, adotando mecanismos diferenciados daqueles empregados na escravização de africanos. Embora essa política buscasse adaptar a exploração colonial às especificidades territoriais e aos conhecimentos indígenas, a resistência nativa, expressa em recusas à catequese, fugas e guerrilha, permaneceu como fator de tensão constante (Chambouleyron, 2023).

O povoamento da Amazônia foi impulsionado, em grande medida, por estratégias de controle de fronteiras e envio forçado de degredados, soldados e populações marginalizadas. O que aprofundou processos de fragmentação social e territorial, cuja heterogeneidade étnica, linguística e religiosa somava-se à sua condição periférica no projeto de integração colonial. Visão reiterada por narrativas historiográficas que, ao privilegiar o litoral atlântico como centro da “civilização”, relegaram a Amazônia à mera coadjuvante na formação histórica do país (Chambouleyron, 2023). Em contraposição a essas leituras, observa-se que, já no ciclo das drogas do sertão, a região foi incorporada aos circuitos mercantis internacionais como fornecedora de produtos nativos de alto valor comercial. No ciclo da borracha entre 1879 e 1912, alcançou também destaque mundial com o látex extraído da seringueira e advento da Segunda Revolução Industrial. A estreita articulação entre interesses militares e mercantis revela que a ocupação e a exploração beneficiaram setores vinculados ao aparato estatal-militar devido à razão geográfica e às elites comerciais em ascensão. A consolidação do poder desses grupos vinculou controle do território ao acesso privilegiado aos recursos naturais (Chambouleyron, 2023).

A complexidade socioecológica do território amazônico revela uma intrincada rede de interações entre rica biodiversidade, territorialidades e culturas. Desde o período colonial, práticas extrativistas ancoraram a mobilização de forças militares, colonos e populações indígenas submetidas a diferentes regimes de coerção e deslocamento forçado (Chambouleyron,

2023). Essa relação assimétrica intensificou-se nas fases posteriores de integração nacional, particularmente no século XX e na ditadura militar, quando a região passa a ser “conquistada” e “domesticada” como estratégica para o desenvolvimento econômico, reafirmando o mito da “terra sem povo” (Arbex Jr., 2005). Apesar da promessa de modernização, a extração de ferro, bauxita, ouro e outros minérios raramente reverteu-se em investimentos duradouros ou redistribuição de renda interna. O caso de Serra Pelada, nos anos 1980, mostra que o garimpo de ouro alcançou uma larga escala, em determinado momento, responsável por mais de 90% da produção nacional, mas ao custo de um regime de trabalho degradante, precário e perigoso (Monteiro *et al.*, 2010).

O avanço de grandes obras de infraestrutura, como a Transamazônica (BR-230) e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, reafirma uma lógica histórica de espoliação territorial. Esses empreendimentos atendem, prioritariamente, às exigências logísticas e energéticas de centros produtivos e industriais localizados fora da região, vinculados ao capital nacional e internacional, em detrimento das necessidades das populações locais. Como consequência, verifica-se o agravamento dos conflitos fundiários, a expansão desordenada de áreas urbanas, a degradação de ecossistemas e a destruição de vínculos históricos entre comunidades e seus territórios. Trata-se, portanto, de um processo já conhecido, baseado em modelos desenvolvimentistas que, embora apresentados como formalmente “novos”, reiteram erros históricos de negligência social e desestruturação territorial, sobrecarregando os serviços públicos, especialmente a segurança, diante da migração massiva e da precariedade de mecanismos de compensação (Reis; Souza, 2016).

Sob esse modelo, a região converte-se em um espaço geoeconômico funcional à expansão do capital, operando uma acumulação baseada na extração intensiva de recursos naturais e no uso transitório de força de trabalho. Os investimentos em infraestrutura — como rodovias, portos, hidrelétricas e corredores logísticos — são, assim, justificados por narrativas ancoradas em noções abstratas de “progresso” e “integração nacional”, descoladas das

realidades locais. Apesar de gerarem empregos de curta duração, tais iniciativas tendem a consolidar formas de ocupação desordenadas e predatórias, onde os ganhos econômicos concentram-se nas mãos de grandes corporações e elites empresariais. O resultado é a cristalização de economias de enclave, onde o território e suas vivências tornam-se submissos a interesses externos, sem promover a dinamização das economias locais e os direitos socioterritoriais (Aráoz, 2020). Ao invés de gerar autonomia, acirra-se a subordinação da Amazônia na economia-mundo, reproduzindo uma divisão internacional do trabalho que reserva ao território o papel de provedor de matérias-primas e espaço de sacrifício em prol do crescimento econômico.

A Amazônia é hoje atravessada por uma “cartografia da desigualdade” que remete à maneira como o sofrimento social, os custos ambientais e a perda de soberania são distribuídos de maneira seletiva e assimétrica (Aráoz, 2020). Como destaca Quijano (2010), a colonialidade é mais do que um resquício do passado; trata-se de uma matriz moderna de poder que hierarquiza corpos, saberes e territórios a partir de critérios racializados e eurocentrados. No contexto amazônico, tal racionalidade manifesta-se por meio de um padrão de desenvolvimento que atua como dispositivo de destruição sistêmica, onde a floresta é representada como espaço vazio, e os povos originários são desumanizados ou folclorizados. Suas práticas culturais, quando não criminalizadas, são esteticamente apropriadas sob uma ótica eurocêntrica ou transformadas em mercadorias exóticas, esvaziando seus significados e cosmologias próprias (Cabnal, 2010). Desmatar, nesse sentido, não implica apenas remover árvores, mas apagar corpos, línguas, memórias e mundos inteiros. Assim, a terra amazônica, tingida de vermelho, carrega as marcas do sangue derramado por indígenas, camponeses e trabalhadores explorados (Aráoz, 2020).

Sob uma perspectiva crítica e contracolonial, a noção de “civilização” deixa de se apresentar como sinônimo de progresso universal e passa a ser compreendida como um dispositivo ideológico historicamente acionado para legitimar e normalizar práticas de violência e dominação. A rotulação de certas

abordagens como “particularistas” ou “subjetivistas” não constitui um gesto neutro, geralmente decorre de um universalismo que reage defensivamente à possibilidade de perder sua posição hegemônica na definição do que conta como realidade concreta. Tal operação histórica teve como efeito a exclusão sistemática de modos de existência e de produção de conhecimento, empurrados para o campo do exotismo, do silenciamento ou mesmo do extermínio material e simbólico. Nesse terreno de disputa, afirmam-se narrativas originárias que não podem ser reduzidas a manifestações marginais, pois elaboram saberes complexos sobre orientação, astúcia e resistência. A figura do curupira, por exemplo, cujos pés apontam para trás, não expressa apenas uma inversão simbólica do percurso, mas encena uma estratégia concreta de sobrevivência diante de contextos marcados pela hostilidade e pela ameaça (Holanda, 1975). Em diferentes povos indígenas, o cuidado em confundir ou apagar rastros constitui uma prática coletiva de proteção frente às violências coloniais e à usurpação territorial. Essa inversão direcional confunde o invasor e rompe com a lógica linear da caça e do controle, construindo-se a partir da insurgência, camuflagem e reinvenção de caminhos.

No caso brasileiro, compreender os limites e impasses do desenvolvimento exige situar o país em uma longa trajetória de violências, que remonta à colonização, ao extermínio dos povos originários e à escravização de populações africanas. A sua inserção nas rotas do mercado mundial, assim como a modernização de caráter conservador, não rompeu com injustiças históricas; ao contrário, contribuiu para sua sofisticação com manifestações particulares e territorializadas. O comércio transatlântico de mercadorias e de pessoas transformadas em mercadoria, bem como as dinâmicas de acumulação a ele associadas, ancorou-se na exploração de territórios, corpos e saberes, onde outras formas de trabalho, outras ecologias e outras relações com o mundo se articulavam. Historicamente tratada como uma zona de fronteira, tanto política quanto geográfica, a Amazônia foi incorporada ao projeto colonial luso-brasileiro de maneira subordinada, operando como espaço de disputa entre o poder central e os sujeitos territorializados que nela produzem vida, cultura e conhecimento. No presente, essa condição

é reatualizada pela integração às cadeias globais de valor, sobretudo por meio da exportação de grãos, minérios e madeira, agora mobilizada sob o verniz discursivo do desenvolvimento sustentável, sem, contudo, alterar as relações de dominação existentes. Compreender os atuais desafios amazônicos exige enfrentar, ao mesmo tempo, sua herança colonial, os dispositivos neocoloniais em curso e as possibilidades de reinvenção em seu interior.

II. A terra dá, a terra quer, a terra toma

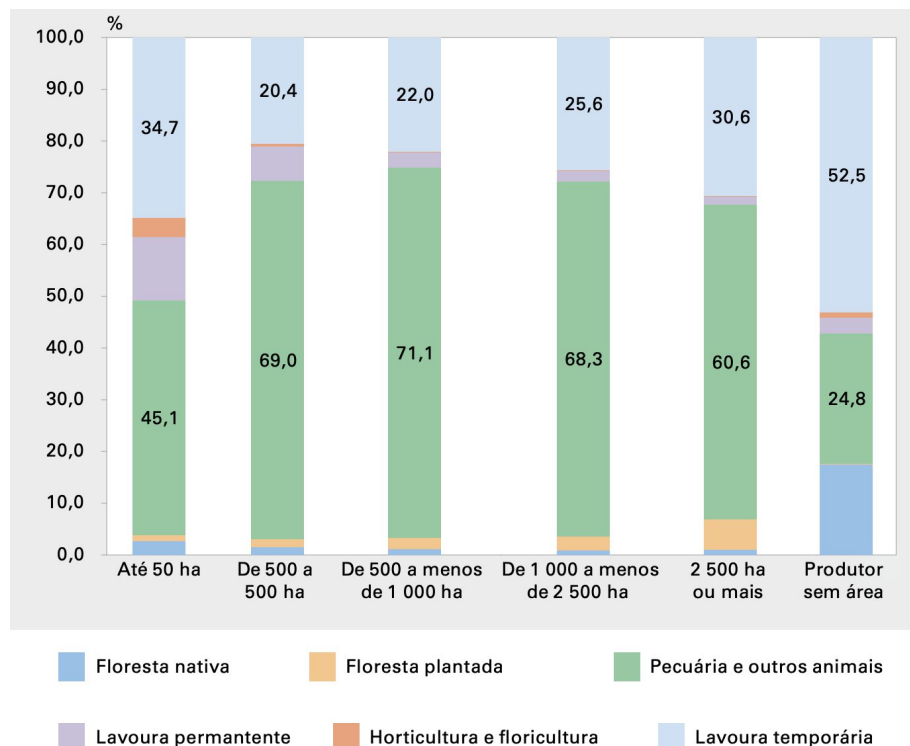
A relação entre os povos indígenas das terras baixas da América do Sul e o ambiente que habitam não se organiza segundo os pressupostos do pensamento ocidental moderno. Em diversas cosmologias ameríndias, a floresta não é percebida como um espaço inóspito ou virgem. Para muitos desses povos, ela é cultivada por muitas e mútuas mãos (Cunha, 2023). Entre os Wajãpi, o espaço propriamente humano restringe-se às roças e pousios, enquanto a mata é entendida como o domínio de outros sujeitos que a cultivam. Na cosmologia Jamamadi, não existe a noção de plantas silvestres. Tudo o que cresce na floresta é, de algum modo, cultivado. Entre os Jarawa-ra, a ideia é semelhante, embora reconheçam resquícios de uma natureza autônoma (Cunha, 2023). Tal forma de manejo, anterior à chegada dos colonizadores europeus, evidencia a agência histórica das populações indígenas na transformação e adaptação do ecossistema amazônico. As cosmologias originárias mostram que a floresta é espaço relacional, território de sentido e sujeito de cuidado. Não surpreende, portanto, que etnógrafos atuantes na região amazônica se deparem com sistemas ontológicos nos quais tudo — de montanhas a lagos, de cultivares a animais — possui um “dono” em sentido duplo (Graeber; Wengrow, 2022). Esse pertencimento não corresponde a uma apropriação jurídica moderna, mas a uma relação onde domínio e cuidado entrelaçam-se em reciprocidade. A floresta, pensada como uma espécie de jardim ancestral, é formada por forças humanas e não humanas.

A narrativa dominante de preservação ambiental tem reproduzido, entretanto, lógicas coloniais e de dependência. A doutrina da *Terra Nullius*, que

historicamente legitimou a expropriação de territórios sob o argumento de estarem “vazios” ou “intocados”, continua a operar como justificativa para deslocamentos forçados, desconsiderando os laços históricos, espirituais e ecológicos que esses grupos mantêm com seus territórios (Manahan, 2023). A floresta amazônica abriga mais de 40 milhões de pessoas, incluindo cerca de 2,2 milhões de indígenas pertencentes a mais de 300 etnias, além de comunidades afrodescendentes e tradicionais cujos modos de vida estão ligados à manutenção da floresta em pé (Flores *et al.*, 2024). A problemática acerca do direito à terra insere-se de forma direta na gestão do território e na questão agrária ao longo do desenvolvimento capitalista, sobretudo no contexto latino-americano. Desde o final do século XIX, diferentes correntes têm refletido sobre o papel da estrutura fundiária nas dinâmicas de acumulação e transferência de valor entre os setores agrícola e industrial, ou entre campo e cidade (Prado Jr., 2011). No contexto atual, a ofensiva global do agronegócio recoloca a Amazônia como território em disputa, atualizando tais debates.

A expansão de monoculturas voltadas à exportação, como soja, milho e eucalipto, associada ao avanço de pastagens e atividades mineradoras, tem aprofundado processos de desterritorialização de povos originários e comunidades tradicionais no país. Entre 2018 e 2020, dados do IBGE indicam a continuidade dessa dinâmica, com a expansão de áreas agrícolas e pastagens sobre a vegetação nativa, acompanhada pela fragmentação de ecossistemas (IBGE, 2022). De acordo com dados da Oxfam (2019), menos de 1% das propriedades rurais concentram aproximadamente metade das terras produtivas no Brasil, situando o país entre aqueles com maior desigualdade no acesso à terra. Essa estrutura fundiária expressa um modelo extensivo e concentrado de uso do solo, fortemente orientado pela atividade pecuária. Aproximadamente metade dos estabelecimentos agropecuários brasileiros tem na criação de gado e outros animais sua principal atividade econômica, percentual que se eleva significativamente nos estratos de maior dimensão territorial. Nas propriedades com área superior a 2.500 hectares, mais de 60% do uso do solo é destinado à pecuária, conforme evidenciado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Proporção dos tipos de uso da terra por faixas de área dos estabelecimentos agropecuários – Brasil, 2017



Fonte: IBGE (2021)

Esse padrão de uso da terra torna-se ainda mais pronunciado em determinadas regiões do país, especialmente no Norte e no Centro-Oeste, que operam historicamente como frentes de expansão da fronteira agropecuária. Na Região Norte, a ampliação dessas atividades ocorre com impactos particularmente severos, dada a conversão direta de áreas florestais em pastagens. O estado do Pará posiciona-se como epicentro dessa dinâmica: em 2017, concentrava apenas 3,8% dos estabelecimentos rurais especializados na pecuária bovina, mas detinha 8,3% do rebanho nacional (IBGE, 2021). A desproporção entre número de propriedades e volume de produção explícita não apenas a concentração fundiária, mas também um modelo predatório, com fortes efeitos sobre os ecossistemas amazônicos e os modos de vida locais. No estado do Amazonas, dados

do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) reforçam essa interpretação. Os minifúndios representam mais de 70% dos imóveis rurais, mas ocupam apenas 12% da área cadastrada. Em contraste, menos de 3% das propriedades, classificadas como grandes, concentram cerca de 60% das terras registradas (Schwade, 2022). Essa desigualdade agrária revela uma dinâmica que extrapola a dimensão econômica, expressando relações de poder e processos sociopolíticos que reproduzem assimetrias e exclusões históricas.

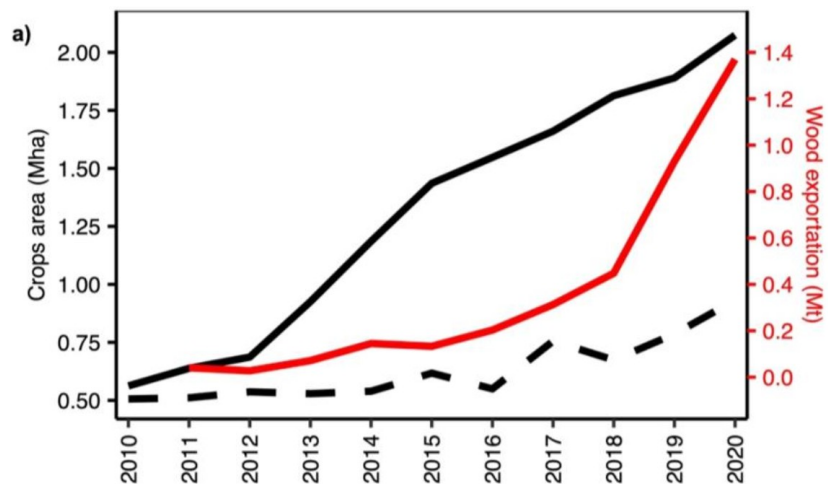
As formas de apropriação e uso da terra no Brasil, especialmente na Amazônia, seguem reproduzindo um padrão histórico de concentração fundiária e expropriação de territórios coletivos. A intensificação da pecuária sobre áreas de floresta significa, sobretudo, uma reconfiguração geopolítica e econômica do território, marcada pela financeirização da terra, pela ascensão das *commodities* agrícolas e pelo enfraquecimento dos direitos territoriais indígenas e de populações tradicionais (Yáñez; Moreno, 2023). A fronteira agrícola que avança sobre a floresta, em especial na faixa que liga os estados do Mato Grosso e do Pará, revela uma dinâmica que responde às exigências dos mercados internacionais e à valorização fundiária promovida pelo desmatamento ilegal. Nessa perspectiva, os dados sobre estrutura agrária brasileira evidenciam um modelo de desenvolvimento ancorado na concentração de terras, na padronização produtiva com menor diversificação alimentar e na subordinação dos territórios à lógica da acumulação externa. A terra deixa de ser, assim, espaço de reprodução da vida e passa a operar como ativo econômico, sujeito à valorização e à especulação nos mercados financeiros globais.

A Floresta Amazônica configura-se como um dos ecossistemas mais vitais do planeta, tanto por sua biodiversidade — que abriga cerca de 10% das espécies conhecidas — quanto por sua função na regulação climática global e na estabilidade dos ciclos hidrológicos e de carbono (Lovejoy; Nobre, 2018). Dentro desse bioma, os territórios indígenas legalmente reconhecidos destacam-se como áreas fundamentais para a conservação,

com sistemas de manejo que articulam conhecimento ecológico, territorialidade e reprodução da vida. Entre 2001 e 2021, as terras indígenas da Amazônia brasileira foram responsáveis por uma remoção líquida de aproximadamente 340 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera, representando uma contribuição decisiva para a mitigação das mudanças climáticas (Veit; Gibbs; Reytar, 2023). Apesar disso, esses povos seguem enfrentando processos de inviabilização e violação de seus direitos. A combinação entre desigualdades socioeconômicas, desvalorização de seus saberes e práticas e pressões externas sobre seus territórios gera um quadro persistente de injustiça socioambiental, onde a devastação da floresta implica a ruptura de sistemas alimentares, a erosão de saberes tradicionais acumulados e a desarticulação de laços comunitários.

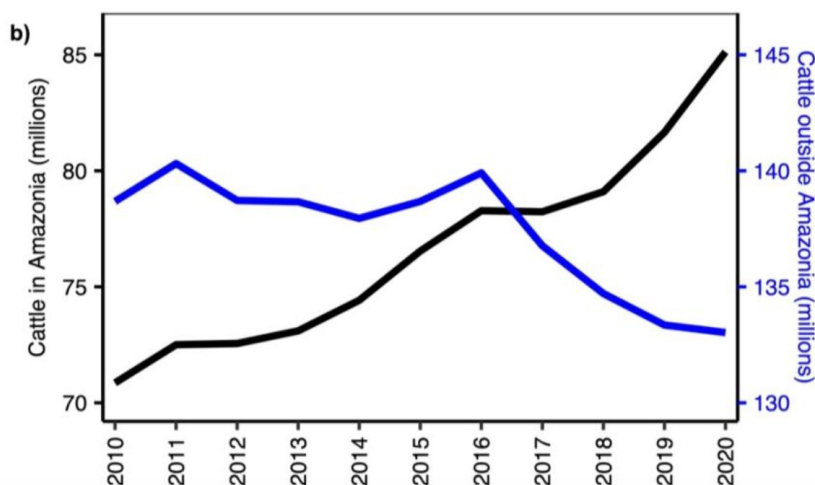
A análise dos Gráficos 2 e 3 reforça esse diagnóstico. O Gráfico 2 evidencia uma convergência entre o avanço das atividades agropecuárias e extrativistas e a intensificação dos processos de degradação ambiental na Amazônia. A partir de 2018, observa-se uma correlação direta entre o aumento da produção agrícola, especialmente de soja e milho, e a escalada das exportações de madeira nativa. Esse período também coincide com o desmonte de políticas públicas de proteção ambiental, favorecendo a ampliação de um modelo exploratório intensivo e desregulado (Gatti *et al.*, 2023). Entre 2010 e 2020, a área colhida de soja e milho na Amazônia cresceu, acompanhada por elevação expressiva das taxas de desmatamento, convertendo cada vez mais um dos maiores sumidouros de carbono do planeta em fonte líquida de emissões.

Gráfico 2 – Evolução da área colhida de soja e milho e das exportações de madeira. (2010-2020)¹



Fonte: Gatti *et al.* (2023).

Gráfico 3 - Dinâmica da Pecuária Bovina no Brasil (2010-2020)²



Fonte: Gatti *et al.* (2023).

¹ Evolução da área colhida de soja (linha preta), milho (linha tracejada) e exportações de madeira (linha vermelha).

² Evolução da produção de gado bovino dentro da Amazônia (linha preta) e em outros estados brasileiros (linha azul).

O Gráfico 3 complementa essa leitura ao demonstrar uma mudança na geografia da pecuária brasileira. Enquanto o rebanho bovino retrai-se em outras regiões do país, verifica-se sua expansão sobre a Amazônia, consolidando a floresta como nova fronteira da atividade pecuária. Esse deslocamento é impulsionado por práticas ilegais como a grilagem de terras públicas, o uso de queimadas e o desmatamento não autorizado, muitas vezes amparadas por expectativas de regularização fundiária e por falhas institucionais do Estado (Gatti *et al.*, 2023). Mesmo diante de uma infraestrutura regional precária, com deficiências logísticas e baixa capacidade de fiscalização ambiental, as atividades agropecuárias e madeireiras seguem sendo incentivadas por mecanismos econômicos distorcidos na região, como acesso facilitado ao crédito rural, isenções fiscais e tolerância institucional com ocupações ilegais (Gatti *et al.*, 2023). Tal cenário evidencia a centralidade da Amazônia nos arranjos contemporâneos de poder e avanço do capital, consolidando-a não como território de vida, mas como espaço de saques sucessivos.

A reestruturação imposta pela lógica do agronegócio transformou o perfil produtivo da Amazônia. A introdução de um modelo baseado na racionalização técnico-científica das práticas agrícolas, com foco na grande escala e na exportação, desarticulou sistemas agroflorestais tradicionais, marcados pela diversidade produtiva, pela segurança alimentar e pelo manejo sustentável dos recursos naturais. Essa transição consolidou a região como polo de exploração monocultural, funcional às demandas externas e disso-ciado das dinâmicas socioecológicas locais. Nesse processo, as formas de organização da propriedade rural atravessadas por padrões patriarcais e dinâmicas de herança excludentes passam, assim, a ser naturalizadas como expressões de uma suposta “ética cultural”, que é desigual, concentradora e expropriatória (Mies; Shiva, 2014).

A modernização da agricultura, difundida globalmente a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para a homogeneização dos agroecossistemas, substituindo paisagens agrícolas biodiversas por extensas áreas

destinadas à exportação de *commodities* (Mies; Shiva, 2014). Ao privilegiar critérios estritamente mercantis, esse modelo desconsidera os saberes tradicionais e os modos de vida em reciprocidade com o meio ambiente. Shiva (2003) denomina esse processo de “ideologia da monocultura”, uma racionalidade que extrapola os limites da produção agrícola e se projeta sobre os domínios do saber, do viver e do conhecer, impondo uma lógica que invalida a pluralidade epistêmica e cultural, bem como práticas sustentáveis de manejo e uso da terra.

Nesse cenário, o uso intensivo de agrotóxicos manifesta-se como forma de “colonialismo químico”, conforme caracterizado por Bombardi (2023). Países do Norte Global, ao proibirem determinadas substâncias nocivas em seus territórios, continuam a produzi-las e exportá-las para países do Sul Global, onde a legislação ambiental é mais permissiva e os mecanismos de fiscalização são mais frágeis. Esses territórios passam a operar como “máquinas produtivas”, dependentes de pacotes tecnológicos compostos por sementes transgênicas, fertilizantes químicos e agrotóxicos. Os impactos dessa toxicidade recaem de forma desproporcional sobre populações vulnerabilizadas, como mulheres, crianças, povos indígenas e pequenos agricultores que habitam áreas próximas às monoculturas. Contudo, seus efeitos extrapolam o espaço rural, atingindo cadeias alimentares e sistemas hídricos urbanos, ameaçando a saúde pública (Bombardi, 2023).

No caso da bacia do Xingu, os povos indígenas enfrentam um cerco socioambiental constante, marcado pela contaminação das águas por agrotóxicos, pela intensificação das queimadas anuais e pela degradação das condições de vida decorrente da alteração dos ciclos hidrológicos. Desde a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em 2015, a concessionária Norte Energia desviou cerca de 70% da vazão do rio para fins de geração de energia. Esse novo regime hidrológico interrompeu as piracemas e provocou mortandades de peixes e quelônios, além de comprometer a capacidade reprodutiva local das espécies aquáticas (Amazon Watch, 2023). O avanço do desmatamento e a fragmentação dos habitats naturais

ampliam interações desreguladas entre fauna silvestre, animais domesticados e populações humanas, favorecendo a disseminação de patógenos, o risco de surtos pandêmicos e desequilíbrios ecossistêmicos.

Diante disso, cientistas têm alertado que o bioma amazônico se aproxima de um ponto de não retorno, a partir do qual sua capacidade de regeneração poderá tornar-se irreversível (Amazon Watch, 2024). Entre os principais vetores, destacam-se o desmatamento e as mudanças no uso do solo, sobretudo aquelas associadas à expansão agropecuária, responsáveis por aproximadamente 73% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil em 2020 (Seeg, 2021). Apesar da criação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.187/2009), os níveis de emissão permanecem elevados, o que evidencia a limitada efetividade das políticas de mitigação vigentes. Essa inação compromete os ciclos biogeoquímicos e a estabilidade climática global, afetando de forma desproporcional os povos originários e comunidades tradicionais. Conforme destaca a Amazon Watch (2024), os povos indígenas, como os quíchuas de Sarayaku, são responsáveis pela gestão de cerca de 80% da biodiversidade remanescente do planeta, embora representem apenas 5% da população mundial. Seus saberes ancestrais e práticas constituem obstáculos ao extrativismo predatório, porém seguem sendo invisibilizados.

A ausência de um marco regulatório robusto, aliada à fragilidade das legislações ambientais, favorece impactos socioambientais mais agudos, como a contaminação de bacias hidrográficas, o desmatamento de ecossistemas vitais e a destruição de sítios de relevância cultural e arqueológica (Aráoz, 2020). Esses efeitos articulam-se à desestruturação de economias comunitárias e à promoção de deslocamentos forçados, contribuindo para redes de corrupção e violências que bloqueiam reformas agrárias e políticas voltadas a garantir direitos socioterritoriais. As relações continuam, assim, atravessadas por mecanismos de opressão, nos quais a racialização, a subordinação de gênero, a apropriação cultural e econômica e a precarização do trabalho constituem pilares indispensáveis ao capital. Essa dominância

tecnoprodutivo-social renova-se por meio de relações neocoloniais e dependentes, adaptadas às novas dinâmicas do mercado mundial. O extrativismo predatório, em sua face verde contemporânea, ainda que envolto em narrativas ambientalistas, preserva um sistema desigual, concentrador e monocultor com base em assimetrias históricas (Svampa, 2023). Especialmente nas regiões do Sul Global, como a Amazônia, observa-se, portanto, a reprodução de posições periféricas no circuito global da produção através de múltiplas violências que vão de encontro a sistemas vivos, práticas agro-ecológicas e formas alternativas de organização material da vida.

III. Retomada verde em cortina de fumaça cinza

No século XXI, a retórica da chamada “retomada verde” opera menos como ruptura e mais como uma rearticulação de dominações históricas. Sob o discurso da transição energética e tecnologia sustentável, reafirma-se um modelo que internaliza custos socioambientais sem romper com o capital fóssil. A modernização verde conduzida não implica superação da dependência material, mas sua reorientação para novos insumos minerais e financeiros. Marcada por processos de invisibilização de comunidades e ecossistemas, transformando seus territórios em zonas de sacrifício — áreas periféricas, distantes dos centros de poder, onde se concentram atividades de alto risco ambiental, sanitário e social (Fernandes, 2024). Nesse contexto, a convergência entre a digitalização produtiva, intensificação da exploração ambiental e precarização das condições de trabalho constitui uma das expressões mais sofisticadas da nova morfologia da acumulação. Ainda que se anunciem ganhos em termos de rastreabilidade, transparência e eficiência, tais promessas favorecem os interesses do capital transnacional sediado no Norte Global (Moreno, 2021). A economia verde, ao não reconhecer os limites do presente, renova relações predatórias sob novas roupagens tecnológicas e financeiras.

É nesse cenário que a proposta de descarbonização e os mercados de carbono emergem como engrenagem central da governança climática global que

estruturam a economia verde. Sua institucionalização ancora-se em dispositivos como o sequestro e armazenamento de carbono (CAC), certificações ambientais automatizadas, rastreamento digital e plataformas de verificação baseadas em blockchain. Apresentados como soluções técnicas para a crise em curso, operam, na prática, como dispositivos de mercantilização da vida, convertendo florestas, bacias hidrográficas e ciclos biogeoquímicos em unidades contábeis abstratas, passíveis de compra, venda e especulação (Moreno, 2021; Yáñez; Moreno, 2023). A difusão de selos de sustentabilidade, como indicadores de “carbono neutro” e mecanismos de compensação ambiental, consolida um novo regime de governança global que desloca o eixo da ação climática para a rentabilidade financeira e contabilidade do carbono (Oliveira, 2022).

Ao redirecionar o debate ecológico de uma perspectiva sistêmica para uma abordagem contábil, esvaziam-se as complexidades territoriais e socioculturais, convertendo-as em dados de performance e métricas negociáveis. A verticalização da governança socioambiental compromete os princípios de autodeterminação dos territórios, impondo diretrizes padronizadas e desvinculadas das realidades locais. Esse processo desconsidera saberes ancestrais, formas comunitárias de gestão e racionalidades não capitalistas, aprofundando a dependência tecnológica e normativa das economias periféricas sob ímpetos neocoloniais e padrões históricos de acumulação por despossessão (Yáñez; Moreno, 2023). A ascensão de sistemas internacionais de certificação ambiental, como Forest Stewardship Council (FSC) e Pro-gramme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC), evidencia as limitações de um modelo regulatório capturado por interesses corporativos. A recorrência de auditorias financiadas pelas próprias empresas certificadas fragiliza a credibilidade desses mecanismos e permite a legitimação de práticas ambientalmente controversas. As certificações passam a operar como dispositivos de blindagem reputacional, enquanto corporações pressionam pela flexibilização das normas ambientais. No Brasil, o caso de 54 empresas certificadas pelo FSC posteriormente multadas por desmatamento ilegal e

destruição de habitats de espécies ameaçadas explicita o descompasso entre discurso e prática efetiva (DW, 2023).

Nesse cenário, assiste-se à incorporação acelerada de tecnologias digitais de rastreabilidade por conglomerados agroindustriais, como ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Cofco International. Ferramentas como *blockchain*, contratos inteligentes, drones e algoritmos de crédito ambiental são integradas aos processos de monitoramento territorial para atender regulamentações internacionais. Essa digitalização inaugura uma nova etapa do processo de financeirização da terra, no qual dados sobre uso do solo, estoques de carbono e biodiversidade são convertidos em ativos financeiros negociáveis (Barros Júnior, 2021). Em territórios indígenas e tradicionais, a coleta e apropriação de dados ambientais, transformados em *tokens* ou ativos digitais, constitui uma forma de expropriação algorítmica que estende a lógica de mercantilização para o domínio tecnológico. Assim, reconfigura-se a soberania territorial, pois as práticas autônomas de gestão são substituídas por sistemas digitais corporativos e centralizados, e decisões sobre uso e valor da terra mediadas por plataformas transnacionais (Yáñez; Moreno, 2023).

A valorização organiza-se cada vez mais em torno do capital fictício, operando em escala global e ampliando as fronteiras da mercantilização da vida. Os mercados de compensação ambiental passam, assim, a fomentar circuitos secundários de especulação financeira, ao mesmo tempo que negligenciam as causas que ancoram o avanço do desmatamento ilegal, da agropecuária e mineração predatória e da grilagem de terras. No território amazônico, essa lógica impõe restrições ao uso dos recursos naturais pelas comunidades e aprofunda processos de expropriação territorial. Sob o argumento da descarbonização e proteção florestal, proliferam projetos que incentivam grandes barragens, monoculturas intensivas e atividades mineradoras, ampliando riscos socioambientais e ameaçando os ecossistemas e os modos de vida locais (Svampa, 2023). Os mercados verdes atuam como arenas globais de extração de valor, nas quais saberes, práticas e territórios

são cooptados e ressignificados pelo valor-mercadoria. Como resultado, comunidades indígenas, tradicionais e camponesas, antes fora do alcance do capital e reconhecidas como guardiãs da floresta, convertem-se em símbolos publicitários de sustentabilidade, enquanto sofrem múltiplas despos-sessões (Manahan, 2023).

Sob essa ótica, intensifica-se o debate em torno de uma arquitetura financeira internacional orientada por princípios da justiça socioambiental, da responsabilidade histórica dos países emissores e da transparência na destinação de recursos voltados às mudanças climáticas. O Fundo Amazônia destaca-se como um dos principais instrumentos de financiamento climático direcionado à proteção da floresta. Instituído pelo Decreto n.º 6.527/2008 e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo estrutura-se segundo o princípio do pagamento por resultados, alinhado às diretrizes do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Com contribuições majoritárias de países como Noruega e Alemanha, viabilizou, até 2020, 103 projetos, beneficiando cerca de 162 mil pessoas envolvidas em atividades sustentáveis, apoiando 190 unidades de conservação e cobrindo cerca de 65% das terras indígenas na Amazônia Legal (Talanoa, 2020). Apesar de sua relevância, o Fundo sofreu uma descontinuidade operacional entre 2019 e 2020. Tal interrupção revelou fragilidades institucionais vinculadas à dependência das políticas ambientais em relação à instabilidade político-administrativa interna. Ademais, projetos de REDD+ na Amazônia são criticados por re-produzirem assimetrias de poder ao restringirem a participação das comunidades locais, reduzidas a instâncias consultivas formais, com repartições de benefícios desiguais e pouco transparentes.

Nessa ótica, investimentos com base na responsabilização histórica dos maiores emissores e no fortalecimento da capacidade adaptativa dos territórios podem operar como mais do que simples mecanismos de compensação climática. Quando desenhados sob critérios mais robustos e redistributivos, têm potencial para impulsionar a regeneração ecológica de biomas

sob pressão e dinamizar economias locais, através da valorização de cadeias produtivas territorializadas e de baixo impacto com efeitos positivos sobre renda, segurança alimentar, saúde e bem-estar de populações cuja reprodução social depende diretamente da integridade dos ecossistemas (Fernandes, 2024). Territórios indígenas desempenham papel estratégico na regulação climática global, funcionando como alguns dos últimos sumidouros líquidos de carbono da Amazônia. Contudo, os recursos efetivamente destinados à gestão territorial e ambiental de comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais ainda são insuficientes e, não raro, condicionados por agendas externas. Entre 2011 e 2020, menos de 1% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento voltada para o clima foi direcionada à adaptação e mitigação nas áreas sob gestão dessas populações (Veit; Gibbs; Reytar, 2023). A crescente intermediação dos fluxos financeiros por conglomerados empresariais e por arranjos institucionais pouco transparentes tem gerado preocupações quanto à legitimidade das finanças sustentáveis e à internalização da natureza em contas nacionais. Amparadas por ferramentas de avaliação opacas, muitas vezes ocultam formas sofisticadas de *greenwashing* e promovem flexibilização de normas ambientais em prol da rentabilidade (Oliveira, 2022).

O aprofundamento da financeirização da natureza contribui para o esvaziamento das capacidades de governança ambiental, sobretudo em regiões de elevada sensibilidade ecológica, como a Amazônia. As atividades predatórias comprometem a autorregulação ecológica da floresta, aproximando a região de um ponto de não retorno. Estimativas projetam que, mantido o atual modelo de exploração, entre 10% e 47% da cobertura florestal da Amazônia poderá sofrer degradações irreversíveis até 2050 (Lovejoy; Nobre, 2019). Nesse processo, a literatura especializada identifica cinco vetores principais de estresse hídrico e climático. O primeiro é o aquecimento global, que altera o regime de evapotranspiração e os padrões de circulação atmosférica responsáveis pelos chamados “rios voadores”. O segundo, a redução da precipitação anual que favorece a substituição da floresta tropical por vegetações menos densas, com menor capacidade de retenção hídrica

e sequestro de carbono, descrito como “savanização”. O terceiro, a maior sazonalização das chuvas, que desequilibra o balanço hídrico e amplia a exposição a eventos climáticos extremos. O quarto é a expansão da estação seca ao elevar o risco de incêndios e a degradação florestal. Por fim, o quinto refere-se ao acúmulo do desmatamento, que compromete processos ecológicos essenciais como a ciclagem de nutrientes e o armazenamento de carbono (Flores *et al.*, 2024; Lovejoy; Nobre, 2019).

Diante disso, diversos estudos convergem na constatação de que o combate ao colapso socioecológico exige mais do que inovações tecnológicas. Mesmo nos cenários mais otimistas de descarbonização, será inviável conter o aumento da temperatura média global em 2°C sem transformações estruturais que promovam reformas institucionais e medidas redistributivas mais amplas (Hickel; Kallis, 2019). A confiança excessiva em soluções técnico-

-industriais, que se portam como técnicas de gestão de emissões ainda dependentes do capital fóssil, tende a obscurecer os efeitos destrutivos em cascata. Nesse contexto, a proposta de exploração de petróleo na Margem Equatorial da foz do rio Amazonas exemplifica a tensão entre os interesses econômicos, a atual demanda por energia e a responsabilidade histórica diante da crise climática. A região, que abriga o maior contínuo de manguezais do planeta, desempenha um papel-chave na regulação do carbono, proteção da biodiversidade marinha e garantia dos modos de vida das comunidades locais. Além disso, esses ecossistemas agem como barreiras naturais contra a erosão costeira e são mitigadores de eventos climáticos extremos (Pereira *et al.*, 2025).

Apesar dessa relevância, grandes corporações do setor energético, como a ExxonMobil, Chevron, TotalEnergies e a própria Petrobras, têm buscado obter licenciamento de blocos na região, com destaque para o FZA-M-59. A Petrobras sustenta que a iniciativa é ambiental e tecnicamente viável, tornando-se uma fonte de recursos para o desenvolvimento nacional. Essa justificativa, contudo, tem sido questionada por especialistas, organizações da sociedade civil e o próprio corpo técnico do Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sobretudo devido à insuficiência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) abrangente e de consulta livre, prévia e informada às comunidades potencialmente afetadas (Pereira *et al.*, 2025). Em meio a pressões políticas, científicas e técnicas, o Ibama aprovou, em 2025, o Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada (PPAF) apresentado pela Petrobras, o que permitiu avançar para a etapa subsequente de licenciamento. A aprovação não configura uma concessão da licença à exploração, a qual dependerá da verificação da efetividade do plano em campo. A tensão entre discurso institucional e prática torna-se mais evidente ao considerar que o Brasil, ao sediar a COP30, buscou projetar-se internacionalmente como liderança na transição energética, ao mesmo tempo que enfrentava pressões internas para expandir a exploração fóssil. Essa contradição ganhou novos contornos em 2026, quando a Petrobras teve que paralisar suas atividades no bloco FZA-M-59 em função de um vazamento de fluido de perfuração. Mesmo sob perspectivas desenvolvimentistas, persiste uma inserção internacional subordinada, que abdica das etapas de refino, processamento e inovação, aprofundando assimetrias estruturais, enquanto limita investimentos em pesquisa e desenvolvimento em prol da captura dos benefícios socioeconômicos associados à transição energética efetiva.

A crítica à mercantilização da natureza e à tecnocracia tecnológica no campo ambiental vai além do debate institucional. Ela é, na verdade, uma disputa ontológica e política sobre o futuro dos territórios, a autodeterminação dos povos e as condições de reprodução da vida em um sentido ampliado. Nesse contexto, emergem propostas como a tipificação do ecocídio como crime na categorização jurídica internacional, justamente por sua capacidade de responsabilizar Estados e corporações por danos socioambientais irreversíveis que atentam contra a paz, sobretudo em territórios tratados como zonas de sacrifício no modelo de desenvolvimento vigente (McElwee, 2024). A Amazônia constitui-se como um desses territórios, pois, apesar de suas riquezas ecológicas e culturais, continua enfrentando desafios que comprometem a economia local e acirram desigualdades históricas. Frente

a esse cenário, os modos de vida e as práticas das populações amazônicas emergem como resistência ativa ao capitalismo verde em voga, sustentado por soluções tecnocráticas, escalabilidade industrial, monocultura produtiva e combustíveis fósseis. Nesse sentido, o fortalecimento dessas lutas apresenta-se não apenas como alternativa ambientalmente viável, mas como um contraponto político e epistêmico ao extrativismo inerente ao capitalismo. Ao privilegiar circuitos curtos de produção e consumo, fomentar o cuidado com a terra e valorizar os saberes tradicionais, reconstrói-se o valor da vida em novos termos, desafiando a lógica predatória do capital.

Conclusão

Diante da confluência de crises que marcam o cenário contemporâneo, revela-se o esgotamento do paradigma hegemônico de desenvolvimento capitalista pautado em um crescimento ilimitado e acumulação incessante. A persistência da insegurança alimentar, exclusão social, violência estrutural e degradação ecológica não constitui uma anomalia do sistema, mas o resultado de uma racionalidade que naturaliza a desigualdade e reitera padrões históricos de injustiça e espoliação. Isso revela a incapacidade do capitalismo de responder ao colapso iminente, e sua atual readequação “verde” configura-se como uma expectativa irracional de sucesso futuro. Enfrentar esse cenário exige mais do que ajustes técnicos, requer uma inflexão radical no próprio entendimento de desenvolvimento. Uma transição socioecológica justa deve estar alicerçada em princípios redistributivos, ecológicos e na autodeterminação dos povos e territórios. Caminhos como a agroecologia, a soberania energética e a reforma agrária popular despontam como forças de uma nova economia pós-carbono, desde que desvinculados das engrenagens do capital. A retórica do “capitalismo verde”, fomentada por instituições financeiras e governos, tem operado como uma estratégia sofisticada de reenquadramento ideológico das crises em curso, conduzindo à paralisia política ou ao fatalismo. Sob esse disfarce, perpetuam-se formas de expropriação, mediadas por instrumentos como mercados de carbono

e compensações e certificações ambientais, que reduzem os ecossistemas a métricas de desempenho e excluem os verdadeiros sujeitos históricos da conservação: povos originários, comunidades tradicionais, agricultores familiares e os próprios ciclos ecológicos naturais.

A conservação da Amazônia situa-se como arena de conflitos multiescala-res, tornando-se símbolo das contradições capitalistas, onde se combina avanço do fogo e capital fóssil, manejo predatório, estresse hídrico e perda de laços socioculturais. Embora elevada à condição de patrimônio da humanidade, a região segue como fronteira de exploração sob o ímpeto do agronegócio, da mineração e do desmatamento ilegal. Isso evidencia o abismo entre os interesses econômicos e as necessidades concretas locais, marcado por processos de colonialismo verde, racismo ambiental e desmonte das políticas públicas. A tecnologia, por si só, não é capaz de reverter a trajetória de colapsos localizados sem enfrentar as bases do capital extrativista, agora sob um manto “verde”. A luta que se trava não se limita ao âmbito técnico ou regulatório. Trata-se de uma batalha civilizatória sobre a própria definição de futuro possível. Em última instância, enquanto há tempo, é urgente reconceituar e potencializar o valor das múltiplas formas de vida.

Referências

- AMAZON WATCH. *Pulso, Xingu! O caminho para reviver a Volta Grande depois de Belo Monte*. 2023. Disponível em: <https://amazonwatch.org/>. Acesso em: 05 jun. 2025.
- AMAZON WATCH. Relatório Anual 2022-2023. 2024. Relatório institucional. Disponível em: <https://amazonwatch.org/>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- ARÁOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARBEX JÚNIOR, José. Terra sem povo, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005. p. 21-66.
- BARROS JUNIOR, Orlando. O “ecossistema” financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil. In: MORENO, Camila *et al.* *O Brasil na Retomada Verde: integrar para entregar*. Brasília: Grupo Carta de Belém, 2021. p. 24-39. Disponível em: <https://br.boell.org/>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- BECKER, Bertha. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, 2010.
- BOMBARDI, Larissa. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Elefante, 2023.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR-LAS SEGOVIAS. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: ACSUR-Las Segovias, 2010. p. 6-25. Disponível em: <https://porunavidavivible.wordpress.com>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama social da América Latina e do Caribe 2023: Inclusão laboral como eixo-chave do desenvolvimento social inclusivo. Santiago: United Nations, 2024.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *As drogas do sertão e a Amazônia colonial portuguesa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/>. Acesso em: 30 mai. 2026
- CUNHA, Manuela. Anti-domesticação. *Piseagrama*, edição especial Vegetalidades, p. 34-45, 2023. Disponível em: <https://piseagrama.org/>. Acesso em: 03 mai. 2025.
- DW - Deutsche Welle Brasil. *As falhas de certificadoras que concedem selos verdes*. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Sabrina. “Just” Means “Just” Everywhere: How Extractivism Stands in the Way of an Internationalist Paradigm for Just Transitions. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, p. 1-19, 2024.
- FLORES, Bernado; MONTOYA, Encarni; SAKSCHEWSKI, Boris. *et al.* Critical transitions in the Amazon forest system. *Nature*, v. 626, p. 555-564, 2024
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRASER, Nancy. *Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. Tradução de Diogo Fagundes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GATTI, Luciano V. et al. *Increased Amazon carbon emissions mainly from decline in law enforcement*. *Nature*, v. 621. n. 7978, p. 318-323, 2023

GRAEBER, David; WENGROW, David. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

HEAD, Lesley. *Hope and grief in the anthropocene: re-conceptualising human-nature relations*. London: Routledge, 2016.

HICKEL, Jason; KALLIS, Giorgos. Is Green Growth Possible? *New Political Economy*, v. 25, n. 4, p. 469-486, 2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do espaço rural brasileiro: estrutura fundiária*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 mai. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

LOVEJOY, Thomas; NOBRE, Carlos. Amazon Tipping Point. *Science Advances*, v.5, n.12, eaba2949, 2019.

MANAHAN, Mary. Soluciones basadas en la naturaleza: la mercantilización de la gobernanza ambiental mundial. In: LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2023. p. 239-264.

MAPBIOMAS. Terras indígenas no Brasil: cobertura e uso da terra, desmatamento e mineração (1991-2021). 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 01 mai. 2025.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política - Livro 1*. São Paulo: Boitempo, (1867)2013.

McELWEE, Pamela. *Ecocide: exploring the roots and current applications of the concept. Containing Politics Dossier, Displacements*, 2024. Disponível em: <https://alameda.institute/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 2014.

MONTEIRO, Maurílio de; COELHO, Maria Célia; COTA, Raymundo Garcia; BARBOSA, Estêvão José da. Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. *Revista Pós-Ciências Sociais*, São Luís, v. 7, n. 13, 2010.

MORENO, Camila. Introdução: Retomada verde e financeirização 4.0 - o lugar do Brasil. In: MORENO, Camila et al. *O Brasil na Retomada Verde: integrar para entregar*. Brasília: Grupo Carta de Belém, p. 10-23, 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3.º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-Penesb-RJ, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Tatiana. Assentização da Natureza como Razão da Ex-A-Propriação Neoliberal. In: MIOLA, Iagê Z. et al. (orgs.). *Finanças verdes no Brasil: perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição verde*. São Paulo: Blucher, 2022, p. 27-62.

OMM - Organização Meteorológica Mundial. *Relatório sobre o estado dos recursos hídricos globais 2023*. Genebra: OMM, 2024. Disponível em: <https://library-wmo-int>. Acesso em: 02 fev. 2025.

OXFAM. *Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural*

brasileira. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/>. [Acesso em: 20 abr. 2024].
PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- PEREIRA, Cássio; RODRIGUES, Domingos; SALM, Rodolfo; FEARNside, Philip. Amazon projects pose risks to Brazil and the world. *BioScience*, Oxford, p. 1-4, 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-117.
- REIS, João; SOUZA, Jaime. Grandes projetos na Amazônia: a hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 9, n. 2, p. 215-230, 2016.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África?* São Paulo: Boitempo, 2022.
- SCHUBERT, Janina. As cosmologias dos povos indígenas Kichwas e Waoranis, BuenVivir e a iniciativa Yasuni-Ilt. *Espaço Ameríndio*, v. 15, n. 3, p. 137-178, 2021.
- SCHWADE, Tiago. A estrutura fundiária do Amazonas segundo o Sistema Nacional do Cadastro Rural. *Revista GeoAmazônia*, v. 10, n. 20, p. 6-22, 2022.
- SEEG - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. *Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2020*. Observatório do Clima, 2021.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- SVAMPA, Maristella. Transición energética corporativa: el triángulo sudamericano del litio como caso testigo. In: LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, p. 69-84, 2023.
- TALANOA. *A Política Nacional de Mudança do Clima em 2020: estado de metas, mercados e governança assumidos na Lei 12.187/2009*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.oc.eco.br>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- VEIT, Peter; GIBBS, David; REYTAR, Katie. Indigenous forests are some of the Amazon's last carbon sinks. *Insights Florestais*. World Resources Institute, 2023. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- YÁÑEZ, Ivonne; MORENO, Camila. Acumulación y desposesión por descarbonización. In: LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary (eds.). *Más allá del colonialismo verde: justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, p. 121-140, 2023.